



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO FASE HABILITATÓRIA – ENVOLPE N° 01

CONCORRÊNCIA N° 001/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 036/2020

OBJETO: Contratação de empresa para a execução da Terceira Etapa - Saldo - da construção do empreendimento denominado “Novo Paço Municipal”, que compreende os serviços de fechamento, infraestrutura predial, elevador, revestimentos e acabamentos, nos termos estabelecidos neste Edital e seus anexos.

RECORRENTE: CONSTRUTORA ECASA ENGENHARIA LTDA - CNPJ n° 00.707.897/0001-98, protocolo n° 128 do dia 24/04/2020.

I – DAS PRELIMINARES

A empresa **CONSTRUTORA ECASA ENGENHARIA LTDA** - CNPJ n° 00.707.897/0001-98 denominada como recorrente, já qualificada nos autos do processo licitatório na modalidade Concorrência n° 001/2020, através de seu Representante legal, devidamente constituído, interpõe RECURSO ADMINISTRATIVO diante do julgamento oferecido pela Comissão Permanente de Licitação na fase habilitatória – abertura de ENVELOPE N° 01 – HABILITAÇÃO.

O RECURSO foi recebido com efeito suspensivo pela Comissão Permanente de Licitação, eis que interposto tempestivamente e atendido o pressuposto de admissibilidade, respondendo ao que foi apresentado, e ao final julgá-la.

Foram intimados através de comunicado os demais participantes no certame para na forma do § 3º, do artigo 109, da Lei n° 8666/93, concedendo-se prazo legal, caso houvesse interesse, para impugnação, estando o processo a disposição no Departamento de Licitações do Município.

Decorrido o prazo para contrarrazões, transcorreu *in albis* as manifestações.

Diante do exposto a Comissão Permanente de Licitação passa a analisar o feito.

II – SÍNTESE DAS RAZÕES DA RECORRENTE

Em síntese, passa-se a descrever as RAZÕES DE RECURSO apresentadas pela recorrente **CONSTRUTORA ECASA ENGENHARIA LTDA** - CNPJ n° 00.707.897/0001-98, protocolo n° 128 do dia 24/04/2020 em face do julgamento de habilitação da empresa **TAS CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA – EPP**, CNPJ n° 82.266.107/0001-40 e da empresa **G.A CONSTRUÇÃO LTDA**, CNPJ n° 31.371.003/0001-65:

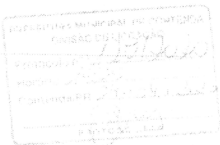


MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ



Engenharia Ltda



A

Prefeitura Municipal de Contenda

Rua Maria do Carmo Cordero Santos, nº 74 – Barracão, Centro, Contenda/PR

Para:

Comissão Permanente de Licitação - CPL

Ref. CONCORRÊNCIA Nº 001/2020 – RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA POSSÍVEL HABILITAÇÃO DAS EMPRESAS 'TAS CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA-EPP' E 'G.A. CONSTRUÇÃO LTDA'.

Ilustríssimos Senhores representantes da Comissão Permanente de Licitação em epígrafe

Construtora Ecasa Engenharia Ltda, pessoa jurídica de direito de privado, inscrita no CNPJ/MF 00.707.897/0001-98, com sede na Rua Nossa Senhora de Nazaré, 2.004, Bairro Boa Vista, na cidade de Curitiba, estado do Paraná, telefones para contato (41)3209-0220/ e (41) 99971-3203, por seu representante legal abaixo assinado, tempestivamente e em atendimento a Lei num. 8666/93 e ao EDITAL DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA Nº 001/2020, vem à presença de Vossas Senhorias, a fim de interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

contra a possível habilitação que possa ser considerada por esta digna Comissão Permanente de Licitação pelas as empresas participantes do certame, identificadas como 'TAS CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA-EPP', e 'G.A. CONSTRUÇÃO LTDA', devido ao próprio processo licitatório, com ATA DA REUNIÃO DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, contendo em especial, os documentos para HABILITAÇÃO contidos nos envelopes nº1, ocorrida em 16/04/2020, sendo portanto tempestiva a nossa apresentação do referido recurso, conforme abaixo:

Construtora Ecasa Engenharia Ltda, CNPJ: 00.707.897/0001-98, IE: 09662647-07, Rua Nossa Senhora de Nazaré, Nº 2004, CEP: 82.266-000, Bairro Boa Vista, Curitiba - PR, Fone: (41) 3209-0220



Engenharia Ltda

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 001/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 039/2020

OBJETO: Contratação de empresa para a execução da Terceira Etapa – Saldo da construção do empreendimento denominado NOVO PAÇO MUNICIPAL, que compreende os serviços de fechamento, infraestrutura (sic) prodial, elevador, revestimentos e acabamentos, nos termos estabelecidos neste Edital e seus anexos

5.2.1 Habilitação Jurídica e Regularidade Fiscal e Trabalhista:

5.2.1.1 Registro comercial, no caso de empresa individual, Atto Constitutivo e alterações, Estatuto ou Contrato Social em vigor e última alteração, devidamente registrados, em se tratando de sociedades limitadas, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores

5.2.1.4 Certidão Simplificada de Junta Comercial, emitida com a antecedência máxima de 90 (noventa) dias da data da abertura da licitação. No caso de sociedade civil, apresentar Certidão do Cartório de Títulos e Documentos com mesmo prazo de antecedência de emissão.

5.2.2 Habilitação Técnica

5.2.2.1 Capacitação Técnica-Operacional

5.2.2.1.1 Certidão de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Regional de

Construtora Ecasa Engenharia Ltda, CNPJ: 00.707.897/0001-98, IE: 09662647-07, Rua Nossa Senhora de Nazaré, Nº 2004, CEP: 82.266-000, Bairro Boa Vista, Curitiba - PR, Fone: (41) 3209-0220



Engenharia Ltda

As empresas abaixo fazem parte do referido processo licitatório, uma vez que apresentaram seus envelopes de HABILITAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇOS, conforme documentado na ATA DE REUNIÃO ocorrida em 17/04/2020 e abertura da sessão às 09:00 horas, dentro do estabelecido no EDITAL DE LICITAÇÃO da CONCORRÊNCIA 01/2020, bem como foram inicialmente consideradas como "Empresas Habilitadas" em atendimento ao edital em referência:

• TAS CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA-EPP, nome fantasia TAS CONSTRUÇÕES CIVIS, CNPJ: 82.266.107/0001-40, doravante será designada neste documento como TAS CONSTRUÇÕES.

• G.A. CONSTRUÇÃO LTDA, nome fantasia G.A. CONSTRUÇÃO, CNPJ: 31.371.003/0001-63, doravante será designada neste documento como G.A. CONSTRUÇÃO.

• CONSTRUTORA ECASA ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 00.707.897/0001-98, doravante será designada neste documento como ECASA.

A empresa abaixo participou do processo de apresentação de documentação do envelope nº 1, mas foi considerada DESABILITADA, por não cumprir as exigências contidas no referido edital de licitações:

• RR BONZATO LTDA, nome fantasia RR SERVIÇOS INDUSTRIAIS E SANFAMENTO, CNPJ: 23.278.596/0001-81, doravante será designada neste documento como RR BONZATO LTDA.

A) CONSIDERAÇÕES SOBRE O EDITAL DE LICITAÇÕES:

Conforme estabelecido no edital de licitação em referência, entre outros elementos, destacamos os seguintes:

Construtora Ecasa Engenharia Ltda, CNPJ: 00.707.897/0001-98, IE: 09662647-07, Rua Nossa Senhora de Nazaré, Nº 2004, CEP: 82.266-000, Bairro Boa Vista, Curitiba - PR, Fone: (41) 3209-0220



Engenharia Ltda

Arquitetura e Urbanismo (CAU), dentro de seu prazo de validade. As empresas que não possuem Registro no CREA ou CAU no Estado do Paraná deverão apresentar Certidão de Registro de Pessoa Jurídica do CREA ou CAU do seu Estado e, no caso de sagir-se vencedora do certame, deverá apresentar, no ato da assinatura do contrato, visto do CREA ou CAU do Estado do Paraná para execução da obra

5.2.2.1.2 Atestado de aptidão fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa, comprovando ter executado serviços com características semelhantes ao objeto da licitação, considerando-se cumulativamente as parcelas de maior relevância e quantitativos mínimos a seguir definidos, na forma do art. 30, II c/c §2º da Lei nº 8.660/93:

a) Entenda-se por obra/serviço equivalente com o objeto da presente licitação, a execução/prestação que possua, no mínimo, quantitativo igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) da área a construir do projeto básico, o qual compreende 1.429,60 m2, conforme abaixo:

| | |
|-------------------------------------|---------------------|
| Área a construir do projeto básico: | 1.429,60 m2 |
| Quantidade mínima a ser comprovada: | MEDIDA A |
| | COMPROVAR 714,80 m2 |

b) Será aceito o somatório de atestados para comprovação do quantitativo.

5.2.2.2 Capacitação Técnico-Profissional para Obra Civil

5.2.2.2.1 Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação. O Atestado deverá conter o nome do responsável técnico indicado pela proponente e atender o que segue:

5.2.2.2.2 O Atestado deverá possuir:

a) Carimbo de Registro no CREA ou CAU;

Construtora Ecasa Engenharia Ltda, CNPJ: 00.707.897/0001-98, IE: 09662647-07, Rua Nossa Senhora de Nazaré, Nº 2004, CEP: 82.266-000, Bairro Boa Vista, Curitiba - PR, Fone: (41) 3209-0220



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ



Engenharia



Engenharia

5.1 Comprovação de execução de obras equivalentes com o objeto desta licitação

5.1.1 Entende-se por obra/serviço equivalente com o objeto da presente licitação, a execução/prestação que possua, no mínimo, quantitativo igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) da área a construir do projeto básico, o qual compreende 1.429,60 m², conforme abaixo:

| | |
|-------------------------------------|--|
| Área a construir do projeto básico: | 1.429,60 m ² |
| Quantidade mínima a ser comprovada: | MEDIDA A COMPROVAR 14,80 m ² |

5.1.3 Para comprovação do quantitativo será aceito somente de atestados pertencentes ao profissional indicado como responsável técnico da proponente.

5.2.2.2.3 Certidão de Acervo Técnico emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU), o qual comprove a atuação do Responsável Técnico indicado pela proponente para execução dos serviços, devendo constar no Acervo Técnico o(s) atestado(s) apresentado(s). O Atestado de Capacidade Técnica e a Certidão de Acervo Técnico deverão referir-se às atividades técnicas que façam parte das atribuições legais do profissional.

5.2.2.2.4 Ofício indicando o responsável técnico e profissão, vinculado ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CREA/PR ou Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo CAU/PR que atuará como responsável técnico pela execução dos serviços licitados, acompanhado de prova que pertença ao quadro permanente de funcionários da empresa (comprovação através de apresentação de controle social, no caso de sócio; cópia de carteira de trabalho ou contrato particular de prestação de serviço; prova de sua eleição como Diretor(a) da proponente na data prevista para a abertura deste procedimento licitatório, ou Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao CREA ou CAU onde conste como responsável técnico).

5.2.2.2.5 Declaração do responsável técnico e profissão, vinculado ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CREA/PR ou Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo CAU/PR, indicado pela empresa, aceitando a incumbência de responsabilidade técnica pelo objeto licitado e cujo nome deverá constar na ART ou RRT dos serviços.

5.2.2.3 Capacitação Técnico-Profissional para ELEVADOR (item G.1 da planilha de orçamento e quantitativo contida no anexo VII da edital).

5.2.2.3.1 Ofício indicando o responsável técnico e profissão (Engenheiro Mecânico ou Industrial na Modalidade Mecânica (Art. 12 da Res. 218/73 do CONFEA) ou Engenheiro Mecânico-Eletricista (Art. 32 do Dec. 23.589/32) vinculado ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CREA/PR, que atuará como responsável técnico pela execução serviço contido no item G.1 da planilha de orçamento e quantitativo contida no anexo VII do edital.

5.2.2.3.2 Declaração do responsável técnico e profissão vinculado ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CREA/PR, indicado pela empresa, aceitando a incumbência de responsabilidade técnica pelo objeto licitado e cujo nome deverá constar na ART dos serviços.

5.2.3 Habilitação Econômico Financeira

5.2.3.2 Comprovação da boa situação financeira da empresa, através do cálculo de índices contábeis abaixo especificados e de acordo com o Anexo IV assinada pelo representante legal e contador da empresa:

Deverão ser apresentados os índices de:

- liquidez geral (LG);
- liquidez corrente (LC); e
- endividamento (E).

Contratante: Câmara Engenheiros Ltda, CNPJ: 06.707.897/0001-09, I.E.: 99662647-07, Rua Nova, Sete de Setembro, N° 2004, CEP 82.569-000, Bairro Boa Vista, Curitiba - PR, Fone: (41) 3209-0220

Contratante: Câmara Engenheiros Ltda, CNPJ: 06.707.897/0001-09, I.E.: 99662647-07, Rua Nova, Sete de Setembro, N° 2004, CEP 82.569-000, Bairro Boa Vista, Curitiba - PR, Fone: (41) 3209-0220



Engenharia



Engenharia

Tais índices serão calculados conforme segue:

| |
|------------------------------------|
| $LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$ |
| $LC = (AC / PC)$ |
| $E = (PC + ELP) / (AC + RLP + AP)$ |

Onde:

AC = ativo circulante
PC = passivo circulante
AP = ativo permanente
RLP = realizável a longo prazo
ELP = exigível a longo prazo

OBS: Os índices deverão ser apresentados com no máximo 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais.

- O valor máximo a ser fixado pelo licitador para os índices contábeis são os seguintes:

| |
|-------------------------|
| LG (valor mínimo): 1,10 |
| LC (valor mínimo): 1,10 |
| E (valor máximo): 0,50 |

5.2.3.3 Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício DRE do último exercício social encerrado, já exigível e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, sendo vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

5.2.3.4 Serão consideradas e aceitas, na forma da lei, as demonstrações contábeis que atendam as seguintes exigências:

5.2.3.4.2 Quando se tratar de empresa de outra forma societária apresentar cópias do Balanço Patrimonial e Demonstração do

Resultado do Exercício DRE, extraídas do Livro Diário com a devida numeração de página e acompanhadas das cópias dos Termos de abertura e encerramento devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante e/ou em outro órgão equivalente, contendo identificação e assinaturas legíveis do proponente e/ou responsável pela administração da empresa, identificação e assinaturas legíveis do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no CRC (Conselho Regional de Contabilidade).

5.2.3.4.3 Quanto à exigibilidade dos documentos, até abril de cada ano apresentar os referidos documentos do exercício anterior ao último, e após abril somente do último exercício, e para empresa optante pelo SPED até junho de cada ano apresentar os referidos documentos do exercício anterior ao último, e após junho somente do último exercício.

5.2.3.5 Comprovação de Capital Social integralizado ou de patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) do valor total previsto para esta licitação, devendo ser feita relativamente a data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

5.2.4 Demais Comprovações de Habilitação

5.2.4.3 Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, de acordo com o modelo constante do Anexo II da presente Edital.

5.3 Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão de imprensa oficial.

Contratante: Câmara Engenheiros Ltda, CNPJ: 06.707.897/0001-09, I.E.: 99662647-07, Rua Nova, Sete de Setembro, N° 2004, CEP 82.569-000, Bairro Boa Vista, Curitiba - PR, Fone: (41) 3209-0220

Contratante: Câmara Engenheiros Ltda, CNPJ: 06.707.897/0001-09, I.E.: 99662647-07, Rua Nova, Sete de Setembro, N° 2004, CEP 82.569-000, Bairro Boa Vista, Curitiba - PR, Fone: (41) 3209-0220



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ



Engenharia



Engenharia

5.4 A Comissão de Licitação poderá promover a consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela internet, ficando os licitantes dispensados de autenticá-las.

5.5 As empresas licitantes, que não apresentarem a documentação de habilitação exigida ou apresentarem incompleta, incorreta ou com a validade expirada, serão habilitadas, não se admitindo, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para a complementação destes documentos, salvo para as condições na forma da Lei Complementar nº 123/2006.

5.6 Não serão considerados os documentos apresentados por telex telegrafia fax ou e-mail.

5.7 Na hipótese de não constar prazo de validade em certidão será aceita como válida e expedida até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data da abertura da licitação.

B) CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATA DE REUNIÃO DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES Nº1 E Nº2 – EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 001/2020 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2020:

A sessão de abertura dos envelopes de DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO para julgamento da documentação realizada em 16/04/2020 teve início a 9:00 h, onde a CPL deu andamento na análise de documentações de habilitação contidas nos envelopes nº1. Nesta marcante oportunidade, foi possível que as empresas com representantes legais presentes naquele momento, pudessem autenticar as cópias de documentos obrigatórios junto a CPL, ao apresentar as respectivas vias originais, em atendimento ao item 5.3 do edital de licitações em referência. Tanto é verdade, que uma das empresas, nominada como **RR BONZATO LTDA**, por não apresentar a via original do documento CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU CONCORDATÁ, foi

Construtora Ecasa Engenharia Ltda, CNPJ: 06.797.897/0001-98, LE: 99662647-07, Rua Nassu, Sardenha de Naveiro, Nº 2094, CEP: 82.569-000, Bairro Boa Vista, Curitiba - PR, Fone: (41) 3209-9229



Engenharia

• **Princípio do Julgamento Objetivo** Esse princípio significa que o administrador deve observar critérios objetivos definidos no ato convocatório para julgamento da documentação e das propostas. Atenta a possibilidade de o julgador utilizar-se de fatores subjetivos ou de critérios não previstos no instrumento de convocação, ainda que em benefício da própria Administração.

• **Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório** Obriga a Administração e o licitante a observarem as normas e condições estabelecidas no ato convocatório. Nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no instrumento de convocação.

Portanto, caberá a CPL revisar sua posição inicialmente apresentada e desabilitar a **TAS CONSTRUÇÕES** pelo fato do não atendimento de apresentação adequada exigida no item 5.2.2.3.2 (Capacitação Técnico-Profissional para ELEVADOR) e demais itens acima expostos.

C) EMPRESA TAS CONSTRUÇÕES NÃO ATENDEU AOS ITENS:

- **“5.2.1 Habilitação Jurídica e Regularidade Fiscal e Trabalhista”**
- **“5.2.3 Habilitação Econômico Financeira”**

O contrato social apresentado pela empresa, em sua 4ª Alteração Contratual de 10/12/2013, consta a informação de CAPITAL SOCIAL no valor de R\$ 1.300.000,00, visando atender ao item 5.2.1.1.

A Certidão Simplificada emitida pela JUCEPAR, contendo o último arquivamento em 10/12/2016, também consta o valor de CAPITAL SOCIAL no valor de R\$ 1.300.000,00, visando atender aos item 5.2.1.2.

Contudo, o Balanço Patrimonial apresentado no Livro nº 24 com fechamento em 31/12/2016, consta outra informação para o CAPITAL SOCIAL no valor de R\$ 1.010.101,00, visando atender aos itens 5.2.3.4.2 e 5.2.3.4.3.

Visto a indefinição e erro apresentado para a comprovação do valor do Capital Social, existe portanto uma indefinição e erro nas demais informações contábeis, entre elas o valor do Patrimônio Líquido e demais valores

Construtora Ecasa Engenharia Ltda, CNPJ: 06.797.897/0001-98, LE: 99662647-07, Rua Nassu, Sardenha de Naveiro, Nº 2094, CEP: 82.569-000, Bairro Boa Vista, Curitiba - PR, Fone: (41) 3209-9229

considerada **inabilitada**, entre outros motivos, por não atender aos itens 5.3 e 5.5 do edital de licitações.

Analogamente, quando da solicitação das vias originais para autenticação de cópias de documentos, a empresa **TAS CONSTRUÇÕES** não apresentou, tempestivamente a via original do documento exigido no item 5.2.2.3.2 (Capacitação Técnico-Profissional para ELEVADOR), visto que o documento contido no envelope de documentação era uma via impressa da imagem obtida por e-mail (“cópia escaneada”), contrariando e não atendendo aos itens 5.2.4.3, 5.3, 5.5 e 5.6 do regimento editalício. Desta forma, cabena à CPL ter **desabilitado** prontamente a empresa **TAS CONSTRUÇÕES**, analogamente ao que fez com a empresa **RR BONZATO LTDA**.

Visto ao horário aproximar-se das 12:00 horas, a CPL promoveu um intervalo na sessão, para retornar às 13:15 h, como de fato ocorreu. Assim, todos saíram da sala de licitações da Prefeitura Municipal de Contenda/PR. Contudo, ao retomar as atividades da sessão para análise dos documentos, a empresa **TAS CONSTRUÇÕES**, através de seu representante legal, que também havia saído da realização da sessão de licitação na fase de recebimento de envelopes nº1 e nº2, foi buscar em outro local, fora do prédio, sua documentação faltante no momento do recebimento dos envelopes, e extemporaneamente apresentou a original do documento faltante anteriormente. A CPL não poderia ter aceitado esta situação de forma extemporânea, de forma a não ir contra a própria regra estabelecida no certame. Apesar desta situação ter sido consignada em ata de reunião, a empresa **TAS CONSTRUÇÕES** foi inicialmente considerada habilitada neste quesito.

Caso esta Douta Comissão de Licitação, por um equívoco sanável, continue a aceitar que a empresa **TAS CONSTRUÇÕES** seja considerada **HABILITADA**, por não apresentar a correta documentação preconizada no edital de licitações, estaria cometendo uma grande falha, considerado como **grave vício de procedimento**, pois esta indevida decisão permitiria como prerrogativa em outros processos licitatórios promovidos pela Prefeitura Municipal de Contenda, e talvez em outros órgãos públicos, a possibilidade de serem aceitos documentos errados e entregues fora do horário estabelecido, bem como em sair da sala de licitações e buscar documentação complementar em outros locais, além de poder efetuar a autenticação de cópia de documento em outro momento e mesmo assim ser considerado como regular. Enfim, é uma importante decisão que deverá tornar a Comissão de Licitação para sanar o vício ocorrido durante a sessão de abertura já explicada.

Conforme as recomendações constantes na 4ª Edição de Orientações e Jurisprudência do TCU – Licitações e Contratos:

Construtora Ecasa Engenharia Ltda, CNPJ: 06.797.897/0001-98, LE: 99662647-07, Rua Nassu, Sardenha de Naveiro, Nº 2094, CEP: 82.569-000, Bairro Boa Vista, Curitiba - PR, Fone: (41) 3209-9229



Engenharia

contábeis. Consequentemente a empresa **TAS CONSTRUÇÕES** não conseguiu demonstrar seus índices econômicos, visto a inconsistência e erros apresentados para atendimento do item 5.2.3.2 (Comprovação da boa situação financeira da empresa, através do cálculo de índices contábeis abaixo especificados e de acordo com o Anexo IV assinada pelo representante legal e contador da empresa).

Assim a CPL, em consonância com as exigências contidas no edital de licitações, deveria rever sua posição inicial e desabilitar a empresa **TAS CONSTRUÇÕES**, devido ao não atendimento para Habilitação exigidas nos itens 5.2.1 e 5.2.3, e assim corrigir um erro sanável efetuado na data de 16/04/2020, considerando-a como **DESABILITADA**.

Conforme as recomendações constantes na 4ª Edição de Orientações e Jurisprudência do TCU – Licitações e Contratos, apresentam-se alguns dos princípios invioláveis que devem ser seguidos pela CPL-Comissão Permanente de Licitação durante o certame.

• Princípio da Igualdade

Nos procedimentos de licitação, esse princípio vincula os licitantes e a Administração Pública às regras estabelecidas nas normas e princípios em vigor.

• Princípio da Isonomia

Significa dar tratamento igual a todos os interessados. É condição essencial para garantir competição em todos os procedimentos licitatórios.

• Princípio da Impessoalidade

Esse princípio obriga a Administração a observar nas decisões critérios objetivos previamente estabelecidos, afastando a discricionariedade e o subjetivismo na condução dos procedimentos de licitação.

• Qualificação econômico-financeira

No exame da documentação relativa à habilitação econômico-financeira deve ser observada a boa situação financeira do licitante para execução do objeto do certame.

Construtora Ecasa Engenharia Ltda, CNPJ: 06.797.897/0001-98, LE: 99662647-07, Rua Nassu, Sardenha de Naveiro, Nº 2094, CEP: 82.569-000, Bairro Boa Vista, Curitiba - PR, Fone: (41) 3209-9229



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ



Engenharia



Engenharia

D) EMPRESA 'G.A. CONSTRUÇÃO' NÃO ATENDEU A HABILITAÇÃO TÉCNICA

A empresa G.A. CONSTRUÇÃO apresentou a Certidão de Pessoa Jurídica junto ao CREA/PR, através da certidão nº 46.005/2020 informando que seu capital social é de R\$ 100.000,00. Contudo, ao apresentar seu Contrato Social e Certidão Simplificada junto a JUCEPAR, consta que seu capital social é de R\$ 200.000,00. Portanto, não foi atendido ao item 5.2.2.1.1, visto que a certidão apresentada está irregular perante ao próprio CREA-PR, visto que não é mais válida, devido ao cadastro do capital social errado dentro dos procedimentos do referido órgão federal.

Portanto, caberá à CPL, efetuar sua revisão na decisão apresentada na ata de reunião de 16/04/2020, e nesta oportunidade considerar a empresa G.A. CONSTRUÇÃO inabilitada por não atender as condições para HABILITAÇÃO TÉCNICA.

E) A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DEVERÁ REVISAR, SE A EMPRESA G.A. CONSTRUÇÃO COMPROVOU MEDIDA DE 714,80 m2

Para atendimento ao quesito '5.2.2.Habilitação Técnica' a empresa G.A. CONSTRUÇÃO deveria **COMPROVAR A MEDIDA** de 714,80 m2 de área construída, tanto para atendimento da Capacitação Técnico Operacional (item 5.2.2.1.1) quanto para a Capacitação Técnico-profissional para obra Civil (Item 5.2.2.1), através de apresentação de um ou mais atestados conforme estabelecido no edital de licitação.

Para tentar dar atendimento ao solicitado, a G.A. CONSTRUÇÃO apresentou:

- Certidão de Acervo Técnico CAT nº 8152/2019-CREA-PR e respectivo Atestado de Capacidade Técnica emitida pela empresa M. MARQUES – OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI;
- Certidão de Acervo Técnico CAT nº 2074/2020-CREA-PR e respectivo Atestado de Capacidade Técnica emitida pela empresa TRAN'S AFONSO TRANSPORTES LTDA.

Abaixo algumas características sobre cada uma das 02(duas) obras apresentadas para tentar comprovar medida de no mínimo 714,80 m2 de área construída:

Contratante: Ecasa Engenharia Ltda., CNPJ: 08.707.897/0001-28, IE: 09662647-07, Rua Nova, Setor de Negócios, N° 2004, CEP 83.569-000, Bairro Bela Vista, Curitiba - PR, Fone: (41) 3269-0220



Engenharia

profissional habilitado no CREA/CAU, o Atestado de Capacidade Técnica emitida teve um laudo efetuado pelo Eng. Leandro Andrade Alves – CREA-PR 126370/D. Este laudo iniciou e terminou em 18/12/2019.

Com as informações acima, inclusive para um leigo na área de construção civil, o assunto chama bastante a atenção, uma vez que as obras de grande volume de serviços, teriam sido realizadas em tão pouco tempo, ou seja somente 30 (trinta) dias."

"Outra situação que chama a atenção é pelo fato do Eng. Gustavo Batista Afonso – CREA/PR 162151/D ser o Engenheiro Civil Responsável Técnico, tanto da Empresa Contratada (G.A. CONSTRUÇÃO LTDA) quanto da Empresa Contratante (M. MARQUES – OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL)."

- Certidão de Acervo Técnico CAT nº 2074/2020-CREA-PR e respectivo Atestado de Capacidade Técnica emitida pela empresa TRAN'S AFONSO TRANSPORTES LTDA - ME:

- ART- Anotação de Responsabilidade Técnica nº 1720201435172 emitida junto ao CREA-PR:
- Empresa contratante: TRAN'S AFONSO TRANSPORTE LTDA ME
- Empresa Contratada: G.A. CONSTRUÇÃO LTDA
- Profissional Contratado: Eng. Civil GUSTAVO BATISTA AFONSO – CREA/PR 162151/D
- Execução de obra de edificação em alvenaria com área construída de 450 m2

Informações gerais

- Endereço da obra: Estrada Principal (Água Azul) Próximo a Igreja do Canoeiro – CEP 83.750-000- Bairro Água Clara, Lapa/PR
- Início da obra: 20/01/2019
- Conclusão da Obra: 01/04/2020
- Data da quitação da ART: 30/03/2020
- Prazo de execução da obra: 70 (setenta) dias
- Valor informado da obra: R\$ 400.000,00

Contratante: Ecasa Engenharia Ltda., CNPJ: 08.707.897/0001-28, IE: 09662647-07, Rua Nova, Setor de Negócios, N° 2004, CEP 83.569-000, Bairro Bela Vista, Curitiba - PR, Fone: (41) 3269-0220

- Certidão de Acervo Técnico CAT nº 8152/2019-CREA-PR e respectivo Atestado de Capacidade Técnica emitida pela empresa M. MARQUES – OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI:

- ART- Anotação de Responsabilidade Técnica nº 1720195600308 emitida junto ao CREA-PR:

- Empresa contratante: M. MARQUES – Obras de Construção CIVIL
- Empresa Contratada: G.A. CONSTRUÇÃO LTDA
- Profissional Contratado: Eng. Civil GUSTAVO BATISTA AFONSO – CREA/PR 162151/D
- Execução de edificação em alvenaria: área de 301,77 m2
- Execução de obra em concreto armado: área de 301,77 m2
- Execução de muro: 600 m2
- Execução de alvenaria: 2.500 m2
- Execução de contenções em concreto armado: 200 m2
- Execução de obra de instalações de sistema de esgoto sanitário: 500 m
- Execução de obra de sistema de redes de águas pluviais: 500 m
- Execução de obra de sistema de abastecimento de água em redes de distribuição de água: 500 m
- Execução de instalações elétricas em baixa tensão: 200 A (Ampères)

- O Atestado Técnico nº 010/2019, parte integrante da referida CAT, apresenta relação de serviços diferente da respectiva ART (vide anexo 4), pois foram incluídos outros serviços, tais como 700,0 m2 de pavimento em paver, 7.000 m2 de pintura, etc

Informações gerais

- Endereço da obra: Caminho dos Tropeiros, s/nº Casa/Muro Alto, CEP 83.724-899- Bairro Bela Vista – Araucária/PR
- Início da obra: 18/11/2019
- Conclusão da Obra: 17/12/2019
- Data da quitação da ART: 22/11/2019
- Prazo de execução da obra: 30 (trinta) dias
- Valores informados da obra: R\$ 603.540,00 informado na ART e R\$ 60.000,00 informado na CAT

- Laudo Técnico atestando a execução das obras constantes na ART de execução:

- Visto que a representante legal da empresa contratante M. MARQUES, Sócio/Diretor(a) Marcela Marques não é

Contratante: Ecasa Engenharia Ltda., CNPJ: 08.707.897/0001-28, IE: 09662647-07, Rua Nova, Setor de Negócios, N° 2004, CEP 83.569-000, Bairro Bela Vista, Curitiba - PR, Fone: (41) 3269-0220



Engenharia

- Laudo Técnico atestando a execução das obras constantes na ART de execução:

- Visto que a representante legal da empresa contratante TRAN'S AFONSO TRANSPORTES LTDA, Sócio/Administrador João Renato Leal Afonso não é profissional habilitado no CREA/CAU, o Atestado de Capacidade Técnica emitida teve um laudo efetuado pelo Eng. Leandro Andrade Alves – CREA-PR 126370/D. Este laudo iniciou e terminou em 06/04/2020.

Com as informações acima, inclusive para um leigo na área de construção civil, o assunto chama bastante a atenção, uma vez que pela dimensão e complexidade de serviços apresentados, foi informado que a obra teria sido realizada em tão pouco tempo, ou seja somente 70 (setenta) dias."

Ressalta-se pois a necessidade imperiosa desta Douta CPL- Comissão de Permanente de Licitação em efetuar diligências nas informações acima, visando dirimir eventuais dúvidas, de forma que seja COMPROVADO o atendimento do item 5.2.2 HABILITAÇÃO TÉCNICA, de forma a averiguar se os serviços constantes nos "Atestado de Capacidade Técnicas" e respectivas "CAT's" estão compatíveis em descrição e quantidade física existente no endereço indicado.

Para a realização da referida diligência, certamente a CPL deverá contar com sua equipe técnica multidisciplinar, além de outros procedimentos que fizerem-se necessários.

Após a devida análise dos dados obtidos, a CPL deverá efetuar seu parecer quanto a manutenção ou não da habilitação da empresa G.A. CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA no quesito de COMPROVAÇÃO DE QUANTIDADE MÍNIMA DE 714,80 m2 de ÁREA CONSTRUIDA.

É bom lembrar que para efetuar as devidas diligências, outras informações devem se obtidas, visto tratar-se de assunto extremamente importante para o andamento do processo da Concorrência 001/2020, ou seja, a obtenção de documentação comprobatória da efetiva

Contratante: Ecasa Engenharia Ltda., CNPJ: 08.707.897/0001-28, IE: 09662647-07, Rua Nova, Setor de Negócios, N° 2004, CEP 83.569-000, Bairro Bela Vista, Curitiba - PR, Fone: (41) 3269-0220



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ



realização das referidas obra Visto que foi informado pela G.A CONSTRUÇÃO que uma das obras foi concluída em 17/12/2019 e outra em 01/04/2020, certamente será de fácil disponibilidade documentos para análise da CPL, tais como:

1. Projeto legal junto a Prefeitura Municipal onde foi realizada a obra:
 - a. Projeto de Arquitetura com aprovação de projeto e construção;
 - b. Alvará de Projeto de Arquitetura e Construção de Obras;
 - c. Habite-se da obra concluída;
 - d. Taxas Municipais diversas (Alvarás, habite-se, visitórias, etc);
2. Projetos Executivos e outros elementos técnicos:
 - a. Projetos executivos de estruturas, fundações, instalações prediais, detalhamentos e outros.;
 - b. ART-Anotação de Responsabilidade Técnica junto ao CREA e/ou RT-Responsabilidade Técnica junto ao CAU, quando for o caso;
 - c. Visitórias de Concessionárias de Energia Elétrica (COPEL) e águasresgoto (SANEPAR ou outra equivalente);
 - d. Relatórios fotográficos das etapas das obras.
3. Regularização da obra perante a RFB-Receita Federal do Brasil, INSS:
 - a. Apresentação do CNO-Cadastro Nacional de Obras
 - b. Apresentação da CND-Certidão negativa de Débitos junto ao INSS.
4. Regularização da obra junto ao Setor de Tributação Municipal:
 - a. Apresentação do contrato de prestação dos serviços entre contratante e contratado, Apresentação de comprovantes de recolhimento de ISS-imposto Sobre Serviço, referente ao faturamento dos trabalhos executados.
 - b. Notas fiscais oriundas da prestação de serviços contratados.

5. Apresentação de documentação contábil:

- a. Notas fiscais de aquisição de materiais e outros elementos utilizados na prestação dos serviços indicados.
- b. Folha de pagamento de pessoal com lançamento no CNO específico;
- c. Recolhimentos de GPS-Guia de Previdência Social;
- d. Recolhimentos de GRF-Guia de Recolhimento de FGTS;
- e. Balanço com fechamento em 31/12/2019 e/ou balancetes de janeiro/2020 assinados por Contador Responsável da G.A CONSTRUÇÃO, onde demonstre a contabilização das receitas e despesas oriundas da execução dos respectivos contratos das obras.

Caso não seja suficiente a tomada de decisão em função de informações equivalentes às listadas acima, caberá a CPL tentar promover diligência através de vistoria *in loco* nos endereços apresentados, para visualizar da via pública as edificações/obras, ou se for o caso, conseguir junto aos responsáveis pelos imóveis e pelo construtor, uma visita técnica aos locais.

Com as informações advindas das diligências, caberá à CPL-Comissão Permanente de Licitações revisar seu posicionamento quanto ao atendimento do item 5.2.2 Habilitação Técnica, por parte da G.A CONSTRUÇÃO, ao Comprovar o atendimento de construção de no mínimo 714,80 m2.

Construtora Ecasa Engenharia Ltda, CNPJ: 06.707.897/0001-98, I.E. 90662647-07 - Rua Nasser, Saldanha de Nasser, N° 2004, CEP 82.369-000, Bairro Boa Vista, Curitiba - PR, Fone: (41) 3209-0270



Construtora Ecasa Engenharia Ltda, CNPJ: 06.707.897/0001-98, I.E. 90662647-07 - Rua Nasser, Saldanha de Nasser, N° 2004, CEP 82.369-000, Bairro Boa Vista, Curitiba - PR, Fone: (41) 3209-0270

DO PEDIDO:

Visto a fundamentação das razões anteriormente apresentadas, requer-se o provimento deste presente RECURSO ADMINISTRATIVO, de forma que:

Seja reformada a decisão da Comissão Permanente de Licitações ocorrida em 16/04/2020 para que sejam consideradas devidamente **INABILITADAS** as Proponentes Empresas **TAS CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA** e **G.A CONSTRUÇÃO LTDA** na fase de DOCUMENTAÇÃO, por não terem atendidas aos quesitos já elencados acima, bem como sejam verificadas as informações controversas e que sejam efetuada diligências necessárias.

Nestes Termos
Pede Deferimento

Curitiba /PR, 23 de Abril de 2.020.

Responsável Legal da Licitante
Antônio Carlos Alves Sampaio
CPF: 478.772.519-04

Construtora Ecasa Engenharia Ltda, CNPJ: 06.707.897/0001-98, I.E. 90662647-07 - Rua Nasser, Saldanha de Nasser, N° 2004, CEP 82.369-000, Bairro Boa Vista, Curitiba - PR, Fone: (41) 3209-0270



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

III - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DO RECURSO

Inicialmente cabe mencionar que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório submete-se tanto a Administração Pública, bem como aos interessados na licitação, à observância dos termos e condições do edital, assim, a condução da sessão pública e julgamento final ocorreu em conformidade com disposto no Edital e em observância ao artigo 41, da lei 8666/93, *in verbis*:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Desta forma, ponderando o princípio da vinculação do instrumento convocatório *versus* o princípio do formalismo moderado, aplicando-se a ponderação de que não ocorram violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, a Comissão Permanente de Licitação passa a analisar os recursos apresentados.

- a) Do recurso apresentado pela empresa **CONSTRUTORA ECASA ENGENHARIA LTDA**, CNPJ nº 00.707.897/0001-98 quanto à habilitação apresentada pela empresa **TAS CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA – EPP**, CNPJ nº 82.266.107/0001-40, **não merece prosperar.**

Importante destacar que da abertura do envelope nº 01 de Habilitação da Empresa TAS CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA – EPP, foi constatado a apresentação de todos os Documentos de Habilitação exigidos no Instrumento Convocatório (edital), inclusive a **Declaração do responsável técnico** solicitada no item 5.2.2.3.2¹ do edital.

Quanto à apresentação das vias originais para autenticação dos Documentos de Habilitação, foi concedido oportunidade à todas as empresas participantes de demonstrarem as vias originais para a Comissão Permanente de Licitações para realizar a diligência da autenticidade dos documentos entregues em cópia simples e proceder com a autenticação dos mesmos, conforme previsão disposta no item 5.3 do edital, que dispõe:

“5.3 Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão de imprensa oficial.”

O fato da empresa TAS CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA – EPP ter apresentado a via original para realizar a autenticação da cópia apresentada após a suspensão dos procedimentos do certame para o horário de almoço, não caracteriza irregularidade, uma vez que a sessão foi reaberta para dar continuidade aos trabalhos inerentes ao referido processo.

Quanto à alegação mencionada no presente recurso sobre a inabilitação da empresa RR BONZATO LTDA, destacamos que sua inabilitação não foi apenas por falta de autenticação de documentos, mais sim por outros motivos de descumprimento das normas editalícias, nos termos que constam na Ata da Sessão².

¹ 5.2.2.3.2. Declaração do responsável técnico e profissão, vinculado ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/PR, indicado pela empresa, aceitando a incumbência de responsabilidade técnica pelo objeto licitado e cujo nome deverá constar na ART dos serviços.

² Empresa RR BONZATO LTDA, CNPJ nº 23.278.596/0001-91, foi declarada INABILITADA por não atender as exigências do Instrumento Convocatório (edital), pelos seguintes motivos: Os atestados apresentados, em atendimento aos itens 5.2.2.1.2 e item 5.2.2.1 do edital, não comprovaram a quantidade mínima de 50% de área a construir do projeto básico que é de 1.429,60 m², ou seja, medida a



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

Ademais, verifica-se que no Balanço Patrimonial da empresa e situação financeira demonstra-se atendendo as exigências do edital, uma vês que além do Capital Social constante Balanço Patrimonial há ainda Reserva Legal de R\$ 1.046.914,42 (um milhão e quarenta e seis mil e novecentos e quatorze reais e quarenta e dois centavos).

De sorte que configuraria rigor excessivo desconsiderar o Índice Contábil apresentado pela empresa, onde comprova a boa situação financeira em conformidade com o disposto no edital em seu item 5.2.3.2, conforme apresentação de declaração de capacidade econômico-financeira que segue:

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA

A
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 001/2020

Declaramos que as demonstrações abaixo correspondem à real situação da proponente. Esses índices foram extraídos do balanço do último exercício social.

Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo Edital, nos comprometemos a apresentar as demonstrações financeiras que comprovem as demonstrações.

SÃO AS DEMONSTRAÇÕES

| Tipo de Índice - Fórmula | Valores em Reais | Índice |
|------------------------------------|--|--------|
| Liquidez geral (LG) | | |
| $LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$ | $LG = \frac{2.377.106,87 + 0,00}{41.999,26 + 0,00}$ | 56,61 |
| Liquidez corrente (LC) | | |
| $LC = (AC + RLP)$ | $LC = \frac{2.377.106,87}{41.999,26}$ | 56,61 |
| Endividamento (E) | | |
| $E = (PC + ELP) / (AC + RLP + AP)$ | $E = \frac{41.999,26 + 0,00}{2.377.106,87 + 0,00 + 72.506,52}$ | 0,02 |

AC = ativo circulante
PC = Passivo Circulante
AP = ativo permanente
RLP = reserva legal
ELP = e líquido a longo prazo

Obs.: Os índices deverão ser apresentados com no máximo 2 (duas) casas decimais, arredondando para cima.

Contenda, 10 de Abril de 2020

Presidente Geral
Sílvia Kátia T. Jozan
CPF: 612.447.086-15

Presidente Geral
OPE PRODUÇÃO LTDA
CPF: 088.022.885-06

Rua São Antonio 24, Jd. São João - CEP: 81.540-000 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: (41) 3256-10. Fax: (41) 3256-10. E-mail: contato@construtora.com

- b) Do recurso apresentado pela empresa **CONSTRUTORA ECASA ENGENHARIA LTDA**, CNPJ nº 00.707.897/0001-98 quanto o julgamento de habilitação da empresa **G.A CONSTRUÇÃO LTDA**, CNPJ nº 82.266.107/0001-40, o mesmo **não merece prosperar.**

Preliminarmente, identifica-se que a Certidão de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU), dentro de seu prazo de validade, que trata o item 5.2.2.1.1⁴ do edital **está em plena validade até 10/10/2020**, tendo assim seu registro regular perante o CREA/PR.

⁴ 5.2.2.1 Capacitação Técnico-Operacional

5.2.2.1.1 Certidão de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU), dentro de seu prazo de validade. As empresas que não possuem Registro no CREA ou CAU no Estado do Paraná deverão apresentar Certidão de Registro de Pessoa Jurídica do CREA ou CAU do seu Estado e, no caso de sagrar-se vencedora do certame, deverá apresentar, no ato da assinatura do contrato, visto do CREA ou CAU do Estado do Paraná para execução da obra.



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

1.504620/20

CREA

090433



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ

Certidão de Registro de Pessoa Jurídica e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que a empresa encontra-se regularmente registrada nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, estando habilitada a exercer suas atividades no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Certidão nº: 46005/2020 **Validade: 10/10/2020**

Razão Social: G.A. CONSTRUÇÃO LTDA
CNPJ: 31371003000105/
Num. Registro: 71051 **Registrada desde:** 11/11/2019

Capital Social: R\$ 100.000,00
Endereço: R. DINA OTILIA CORDEIRO MARCASSI, 511 CENTRO **CEP:** 83750000
Município/Estado: LAPA-PR

Objetivo Social:
Serviços de engenharia, construção de edifícios, obras de urbanização - ruas, praças e calçadas, construção de instalações esportivas e recreativas, instalação e manutenção elétrica, serviços de pintura de edifícios em geral, outras obras de acabamento da construção, serviços contínuos para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais.

Restrição de Atividade: Atividades técnicas restritas à área da engenharia civil, circunscritas às atribuições de seu responsável técnico.

Possui parcelamento de anuidade em dia no CREA-PR.
Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

Responsável(ais) Técnico(s):
1 - GUSTAVO BATISTA AFONSO
Carteira: PR-162151/D Data de Expedição: 26/05/2017
Desde: 11/11/2019 Carga Horária: 8:00 H/D
Título: ENGENHEIRO CIVIL Situação: Regular
Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º
Observações: Possui competência profissional para as atividades do art. 7º da Lei Federal N.º 5.194/1966 nos campos de atuação do art. 28 do Decreto Federal N.º 23.569/1933 e do art. 7º da Resolução do Confea N.º 218/1973.
Título: ENGENHEIRO CIVIL Situação: Regular
Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º do CONFEA
Título: ENGENHEIRO CIVIL Situação: Regular
Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 28º

Para fins de LICITAÇÕES

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (<http://www.crea-pr.org.br/>), através do protocolo n.º 105488/2020, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de

<https://crea-pr.org.br/engenharia/assessoria/assessoria-tribunal> SA77152187 RNALX0A0E14E54151AC1H05C44618A2402460551191v04... 1/2

Conforme posicionamento do Tribunal de Contas da União, sobre a divergência entre o Capital Social constante na Certidão de Registro da Empresa junto ao CREA e o Objeto Social da Empresa, **o órgão de controle entende que as modificações evidenciam incremento positivo na situação da empresa, e que embora estas modificações não tenham sido objeto de nova certidão, seria de rigor excessivo desconsiderar o efetivo registro da empresa junto ao CREA que é entidade profissional competente nos termos exigidos pelo artigo 30, inciso I, da Lei nº 8666/93.**

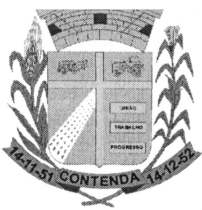
Vale ilustrar o entendimento trazido pelo TCU no Acórdão nº 352/2010, TC-029.610/2009-1, relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, 03.03.2010 onde o Plenário acompanhou a manifestação do relator no sentido de considerar a representação improcedente, *in verbis*:

(...)

8. Quanto ao mérito desta Representação, cotejando-se o teor da certidão emitida pelo Crea/CE em favor da empresa Bom Sinal Indústria e Comércio Ltda. (fl. 33), expedida em 05/03/2009, com as informações que constam na 18ª Alteração e Consolidação de Contrato Social da aludida empresa, datada de 30/07/2009 (fls. 64/69), verifica-se que há divergências nos dados referentes ao capital social e ao objeto.

9. No que tange ao capital social, houve alteração de R\$ 4.644.000,00 para R\$ 9.000.000,00, e no tocante ao objeto, foi acrescentada a fabricação de veículos ferroviários ou sobre pneus para transporte de passageiros ou cargas, bem como a sua manutenção, assistência técnica e operação.

10. Entretanto, embora tais modificações - que, aliás, evidenciam incremento positivo na situação da empresa - não tenham sido objeto de nova certidão, seria rigor excessivo desconsiderar o efetivo registro da Bom Sinal Indústria e Comércio Ltda. no Crea/CE, entidade profissional competente, nos termos exigidos no subitem 6.4.1 do edital (fl. 209) e no art. 30, inciso I, da Lei n. 8.666/1993. (grifou-se)



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

Quanto o atestado para comprovação de execução de serviços com características semelhantes ao objeto da licitação em nome da Empresa e em nome do Responsável Técnico Indicado, denota-se que a recorrida cumpriu com as exigências do instrumento convocatório (edital) quanto ao solicitado no item 5.2.2.1.2⁵ e item 5.2.2.2⁶.

Podemos ver nos atestados, apresentados pela empresa **G.A CONSTRUÇÃO LTDA**, contemplaram as exigências dos itens acima mencionados, pertencentes ao edital de Concorrência 001/2020, ou seja, **Atestado de aptidão fornecido por pessoa jurídica** de direito público ou privado, **em nome da empresa e Atestado fornecido por pessoa jurídica** de direito público ou privado, **compatível em características, quantidades e prazos com o objeto** da licitação contendo o **nome do responsável técnico indicado**, conforme passamos a destacar nos documentos apresentados pela proponente, a seguir:

TRANS AFONSO TRANSPORTES LTDA - ME
CNPJ: 04.091.134/0001-16

000436

000436

ATESTADO TÉCNICO Nº 001/2020

Atestamos para os devidos fins que a Empresa G.A. CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ/ 31.371.903/0001-65/ com sede a rua dona Odila Cardoia Mancasi, 511, centro - Lapa PR, executou para a TRANS AFONSO TRANSPORTES LTDA-ME, os serviços abaixo relacionados:

Razão Social: TRANS AFONSO TRANSPORTES LTDA-ME
CNPJ: 04.091.134/0001-16
Local da Obra: ENTRADA PRINCIPAL, AGUA AZUL, S/N PROXIMO A IGREJA DO CANUEIRO - R3750-000 - AGUA AZUL, LAPA-PR
Objeto: EXECUÇÃO DE UMA EDIFICAÇÃO EM ALVENARIA COM ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO.
Número do Contrato: 001/2020
Período de execução: 20/01/2020 A 01/04/2020
Responsável Técnico: Engº Gustavo Balbin Afnso, CREA 162.151-2/PR, ART 1720201435172

DESCRIPTIVO TÉCNICO

Foram executados os seguintes serviços:

- EXECUÇÃO DE EDIFICAÇÃO EM ALVENARIA COM ÁREA DE 1429,60 M².
- EXECUÇÃO DE ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO, COM ÁREA TOTAL DE 1429,60 M², CONTEMPLANDO FUNDAÇÃO COM ESTACAS, BLOCOS E VIGAS BALDRAMES, SUPERESTRUTURA COM PÉLARES, VIGAS E LAJES.

Quantidade dos serviços prestados: inalterado

Lapa, 05 de abril de 2020

Engº Gustavo Balbin Afnso
Sócio Administrador

TRANS AFONSO TRANSPORTES LTDA-ME

000436

000436

ATESTADO TÉCNICO Nº 001/2020

Atestamos para os devidos fins que a Empresa G.A. CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ/ 31.371.903/0001-65/ com sede a rua dona Odila Cardoia Mancasi, 511, centro - Lapa PR, executou para a TRANS AFONSO TRANSPORTES LTDA-ME, os serviços abaixo relacionados:

Razão Social: TRANS AFONSO TRANSPORTES LTDA-ME
CNPJ: 04.091.134/0001-16
Local da Obra: ENTRADA PRINCIPAL, AGUA AZUL, S/N PROXIMO A IGREJA DO CANUEIRO - R3750-000 - AGUA AZUL, LAPA-PR
Objeto: EXECUÇÃO DE UMA EDIFICAÇÃO EM ALVENARIA COM ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO.
Número do Contrato: 001/2020
Período de execução: 20/01/2020 A 01/04/2020
Responsável Técnico: Engº Gustavo Balbin Afnso, CREA 162.151-2/PR, ART 1720201435172

DESCRIPTIVO TÉCNICO

Foram executados os seguintes serviços:

- EXECUÇÃO DE EDIFICAÇÃO EM ALVENARIA COM ÁREA DE 1429,60 M².
- EXECUÇÃO DE ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO, COM ÁREA TOTAL DE 1429,60 M², CONTEMPLANDO FUNDAÇÃO COM ESTACAS, BLOCOS E VIGAS BALDRAMES, SUPERESTRUTURA COM PÉLARES, VIGAS E LAJES.

Quantidade dos serviços prestados: inalterado

Lapa, 05 de abril de 2020

Engº Gustavo Balbin Afnso
Sócio Administrador

TRANS AFONSO TRANSPORTES LTDA-ME

000436

000436

5.2.2.2 Habilitação Técnica

5.2.2.1 Capacitação Técnico-Operacional

5.2.2.1.1 Certidão de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU), dentro de seu prazo de validade. As empresas que não possuem Registro no CREA ou CAU no Estado do Paraná deverão apresentar Certidão de Registro de Pessoa Jurídica do CREA ou CAU do seu Estado e, no caso de sagrar-se vencedora do certame, deverá apresentar, no ato da assinatura do contrato, visto do CREA ou CAU do Estado do Paraná para execução da obra.

5.2.2.1.2 Atestado de aptidão fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, **em nome da empresa**, comprovando ter executado serviços com características semelhantes ao objeto da licitação, considerando-se cumulativamente as parcelas de maior relevância e quantitativos mínimos a seguir definidos, na forma do art. 30, II c/c §2º da Lei nº 8.666/93:

a) Entende-se por obra/serviço equivalente com o objeto da presente licitação, a execução/prestação que possua, no mínimo, quantitativo igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) da área a construir do projeto básico, o qual compreende 1.429,60 m², conforme abaixo:

| Área a construir do projeto básico | Quantidade Mínima a ser Comprovada |
|------------------------------------|------------------------------------|
| 1.429,60 m² | MEDIDA A COMPROVAR 714.80 M2 |

b.1) Será aceito o somatório de atestados para comprovação do quantitativo.

5.2.2.2 Capacitação Técnico-Profissional para Obra Civil

5.2.2.2.1 Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação. O Atestado deverá conter o **nome do responsável técnico indicado** pela proponente e atender o que segue:

5.2.2.2.2 O Atestado deverá possuir:

a) Carimbo de Registro no CREA ou CAU;

b) Comprovação de execução de obras equivalentes com o objeto desta licitação:

b.1) Entende-se por obra/serviço equivalente com o objeto da presente licitação, a execução/prestação que possua, no mínimo, quantitativo igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) da área a construir do projeto básico, o qual compreende 1.429,60 m², conforme abaixo:

| Área a construir do projeto básico | Quantidade Mínima a ser Comprovada |
|------------------------------------|------------------------------------|
| 1.429,60 m² | MEDIDA A COMPROVAR 714.80 M2 |

b.3) Para comprovação do quantitativo, será aceito somatório de atestados pertencentes ao profissional indicado como responsável técnico da proponente.

MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

No que se refere **quantitativo para comprovação de Capacitação Técnico Operacional**, não assiste razão a recorrente, pois o item 5.2.2.1.2 alínea “a” do edital e item 5.2.2.2.2 alínea “b.1” do edital, solicita “**quantitativo igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) da área a construir do projeto básico, o qual compreende 1.429,60 m².**”, ou seja, **quantidade mínima a ser comprovada de 714,80 m²**, sob qual será aceito somatório de atestados apresentados, conforme previsão no item 5.2.2.1.2 alínea “b.1” e item 5.2.2.2 alínea “b.3” do edital.

Desta forma o somatório dos atestados apresentados, sendo, um atestado de 450,00m² e o segundo atestado de 301,77M², totalizam **751,77 M²**, ou seja, superior a 714,80 m² a ser comprovado, atendendo assim a quantidade mínima exigida no edital:

Foram executados os seguintes serviços:

- EXECUÇÃO DE EDIFICAÇÃO EM ALVENARIA COM ÁREA DE 450,00 M2.
- EXECUÇÃO DE ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO, COM ÁREA TOTAL DE 450,00 M2, CONTEMPLANDO, FUNDAÇÃO COM ESTACAS, BLOCOS E VIGAS BALDRAMES, SUPRAESTRUTURA COM PELARES, VIGAS E LAJES

A: 6/2014-2020 de G

[illegible]

Importante destacar sobre a Comprovação da Qualificação Técnica, que o TCU se posicionou em Acórdão nº 112/2011 do Plenário, do qual tem considerado impertinente exigir atestado com condições que restrinjam o caráter competitivo do certame, conforme disposto:

“(…) 4. De fato, a exigência de comprovação de prestação de serviços em volume igual ou superior ao licitado extrapola os requisitos definidos nos arts. 27 a 31 da Lei 8.666/1993, bem como contraria a jurisprudência do tribunal acerca do assunto (acórdãos 170/2007, 1.390/2005, 1.094/2004 e 1.937/2003 do Plenário e acórdão 2.309/2007 da 2ª Câmara). Configura-se, assim, restrição à competitividade do certame, com infração ao inciso I do art. 3º do Estatuto das Licitações.(…)”⁷

A própria Constituição da República assevera no inciso XXI de seu artigo 37, *in fine*, que somente serão permitidas as exigências indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Portanto, verifica-se que a empresa proponente atendeu as exigências do instrumento convocatório, demonstrando a comprovação da qualificação técnica através dos Atestados de Capacidade Técnica apresentados e reproduzidos nesta decisão de julgamento.

V – DECISÃO

Diante dos fatos a Comissão Permanente de Licitação conhece dos recursos interpostos, para no mérito:

- a) **Manter** a decisão que declara **HABILITADA** em sessão de julgamento da fase de habilitação (abertura do ENVELOPE N° 01 – HABILITAÇÃO), visto que observados todos os requisitos do edital pelas seguintes empresas:

a.1) Empresa TAS CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA – EPP, CNPJ nº 82.266.107/0001-40

⁷<https://contas.tcu.gov.br/pesquisajurisprudencia/#/detalhamento/11/%252a/NUMACORDAO%253A112/%2520ANOACORDAO%253A2011/%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/false/1/false>



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

a.2) Empresa **G.A CONSTRUÇÃO LTDA**, CNPJ nº 31.371.003/0001-65

A Comissão Permanente de Licitação remete este julgamento, bem como, todo o processo licitatório à autoridade do Excelentíssimo Senhor Prefeito para ratificação ou retificação da decisão, para após, a proceder com a publicação e ao comunicado da decisão final a todos os participantes, bem como, realizar a convocação para sessão pública para abertura do ENVELOPE nº 02 – DA PROPOSTA das empresas Habilitadas.

Contenda, 13 de maio de 2020.



PATRIK ALVES

Presidente da Comissão Permanente de Licitações



HELENA GAWLAK

Membro da Comissão Permanente de Licitações



ODETE PAVLIK

Membro da Comissão Permanente de Licitações



LARRY HUGO SANCHES

Membro da Comissão Permanente de Licitações